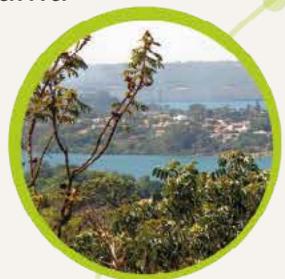




SERRINHA DO PARANOÁ

*Conheça o caso que levou o Ministério Público,
a sociedade e a academia a lutar por uma
Brasília sensível à água*



A SERRINHA DO PARANOÁ E SUA COMUNIDADE PARTICIPATIVA

Localizada no Lago Norte, a Serrinha do Paranoá, assim batizada por um célebre morador, o historiador Paulo Bertran, abriga nascentes e córregos que fluem para o Lago Paranoá, trilhas ecológicas, belas vistas e áreas preservadas de Cerrado. Até o lobo-guará vive por lá, onde muitos moradores se dedicam ao ecoturismo e à produção orgânica.

Ali se desenvolveu o *Projeto Águas – construindo juntos uma sociedade sustentável na Serrinha do Paranoá* e um programa de recuperação de nascentes em parceria com a Administração Regional, em que os próprios moradores mapearam uma centena de nascentes até então não conhecidas oficialmente.

SETOR TAQUARI: A PREOCUPANTE EXPANSÃO URBANA NA SERRINHA

Preocupados com a colocação de uma placa que indicava a instalação de um novo trecho do Setor Habitacional Taquari na Serrinha, um empreendimento imobiliário da Terracap, isto é, do próprio governo, a comunidade e os movimentos ambientalistas do DF pediram a intervenção do Ministério Público, cuja atuação se intensificara por causa da crise hídrica que teve início em 2016.

A AUDIÊNCIA PÚBLICA DO MPDFT

O caso foi apresentado na audiência pública sobre a crise hídrica realizada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) em março de 2017.

Chamava a atenção o fato de a licença prévia do novo loteamento ter sido aprovada há 20 anos e de seus projetos não apresentarem soluções técnicas compatíveis com a sensibilidade ambiental de onde seria implantado: sobre uma área de recarga de aquíferos e entre os córregos Urubu e Jerivá.

O LAGO PARANOÁ E SUA CAPACIDADE DE SUPORTE

Outro fator relevante foi o Lago Paranoá, em cuja bacia se insere o novo loteamento, ter, em 2017, se tornado fonte de abastecimento público pela primeira vez em sua história.

Os moradores da capital do país passaram a beber águas até então usadas somente para produção de energia elétrica, lazer, diluição de esgotos tratados e recebimento de águas pluviais. Esses usos levaram o lago artificial ao limite de sua capacidade de diluição.

Assim, o Lago Paranoá não tem condições de receber novas cargas de efluentes gerados por loteamentos cujos padrões urbanos são considerados insustentáveis e ultrapassados.

Sem o emprego de técnicas mais modernas, a implantação de novos loteamentos na região tornou-se ambientalmente inviável.

Por essa razão, o adensamento urbano de toda a bacia do Paranoá precisa ser revisto e passar a ser planejado de acordo com a capacidade de suporte do novo manancial para abastecimento público.

A PARTICIPAÇÃO DA ACADEMIA: SEMINÁRIO NA UNB

Buscando alternativas para uma expansão urbana sustentável, em parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU/UnB), o MPDFT e a comunidade realizaram, em agosto de 2017, o seminário *“O Lago Paranoá e a crise hídrica: desafios do planejamento urbano para Brasília”*.

Tendo o ciclo da água como matriz metodológica para promover “cidades sensíveis à água”, o objetivo do seminário foi tornar públicas as pesquisas realizadas pela UnB com foco na bacia do Paranoá.

O projeto “Brasília sensível à água”, do Grupo de Pesquisa “Água e Ambiente Construído”, da FAU/UnB, desenvolvido com base no programa do governo australiano para “cidades sensíveis à água” (WSUD, 2012 e 2013), foi o ponto central dos debates, por reconhecer a influência da configuração urbana nos fluxos de água e utilizar o ciclo da água urbano como recurso – águas da

chuva, de drenagem, cinza e negras –, e não como fonte de degradação ou desperdício.

O projeto de drenagem urbana do empreendimento, embora já aprovado pela Novacap, foi considerado obsoleto e capaz de causar graves impactos aos recursos hídricos da Serrinha, uma região produtora de água. Isto porque não adota técnicas que favoreçam o ciclo das águas, como infiltração das águas da chuva, pavimentos permeáveis, áreas verdes com fluxo de drenagem etc.

A RECOMENDAÇÃO DO MPDFT

Sustentando que o projeto de ocupação urbana de uma área ambientalmente sensível e inserida em duas Áreas de Proteção Ambiental – a APA do Paranoá e a APA do Planalto Central – deve necessariamente adotar soluções que preservem os sistemas naturais produtores de água e respeitem a capacidade de suporte do Lago Paranoá, a Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente (Prodema) recomendou a suspensão da licença de instalação do empreendimento, o que foi acatado pelo órgão ambiental distrital.

A recomendação foi fruto do trabalho conjunto entre o MPDFT e a sociedade civil organizada e do compartilhamento de conhecimentos científicos pela Universidade de Brasília. Além disso, contou com o apoio do Comitê de Bacia Hidrográfica do Paranoá, do ICM-Bio, gestor da APA do Planalto Central, e da Comissão responsável pela elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico do DF – ZEE/DF, todos contrários à implantação do novo loteamento nos moldes licenciados pelo órgão ambiental local.

BRASÍLIA SENSÍVEL À ÁGUA: METAS ALMEJADAS

No diálogo com o poder público, busca-se um consenso que permita a implantação do loteamento, mas segundo critérios que preservem as águas da Serrinha.

Em pauta estão também a criação de corredores ecológicos, a manutenção de ecotrilhas e a criação de novas unidades de conservação que protejam a fauna e a vegetação remanescente do Cerrado.

Não se trata de não ocupar, mas de como ocupar, o que exige uma mudança de paradigma. Aninhada no berço das águas, a sociedade de Brasília quer viver em uma cidade sensível à água.

A participação da população no processo de planejamento da ocupação do território é essencial para o poder público perceber a necessidade de adotar novos critérios de expansão urbana, que fomentem projetos sustentáveis e capazes de promover a justiça socioambiental, garantindo a todos o acesso à água de qualidade.

Participe das decisões que definem os rumos e o futuro da sua cidade e da sua qualidade de vida!

Seu envolvimento é fundamental!

A melhor forma de se envolver é por meio do engajamento na sociedade civil organizada: associações de moradores, conselhos, prefeituras, quadras, ONGs etc.

Participe de audiências públicas.

Dedique parte de seu tempo aos temas comunitários que trarão melhoria de vida a sua quadra, seu bairro, sua cidade, seu país.

Assim seremos a mudança que tanto esperamos ver no mundo.

MAIS INFORMAÇÕES

www.mpdft.mp.br/site/serrinha





Texto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT)

Imagens: Rui Faquini / Roberto Lindau